

PT e EU: orçamentos alinhados, investimentos consolidados



Manuel Reis Campos

O processo de discussão e elaboração do Orçamento do Estado para 2019 irá entrar, agora, numa fase decisiva. Depois de o Presidente da República ter iniciado, já em fevereiro, a discussão sobre o próximo Orçamento do Estado, ao ouvir todos os Partidos com assento parlamentar, assumindo a importância de antecipar um debate que é imprescindível para o nosso futuro coletivo, é tempo de clarificar e assumir compromissos em matérias que são fundamentais. Como é sabido, está em causa um instrumento que está sujeito a um conjunto de restrições financeiras que são significativas. Porém, continua a ser, para o Setor da Construção e do Imobiliário, uma matriz essencial para orientar as estratégias das empresas e, em matéria de investimento público, é a ferramenta onde se concretizam, de forma efetiva, os compromissos assumidos.

A realidade portuguesa está, hoje, muito mais dependente das orientações comunitárias do que alguma vez esteve. A capacidade de manobra do Orçamento do Estado, que resulta do cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal, tem que encontrar, na política de coesão e nos instrumentos de financiamento europeus, uma contrapartida que nos permita concretizar os investimentos que necessitamos para garantir a competitividade, o desenvolvimento sustentado e um caminho de convergência económica com os restantes parceiros europeus. É esta a essência da construção europeia e, por isso, é impensável ouvir falar em cortes do OE que se poderão traduzir em importantes reduções nos fundos comunitários atribuídos ao nosso País.

Temos, repetidamente, afirmado que as empresas têm de poder planejar o seu futuro, pelo que se impõe a calendarização dos projetos de investimento público. Este é um vetor chave para o desenvolvimento do nosso tecido empresarial, o qual não pode continuar refém dos ciclos político-partidários, a que se juntam agora as indefinições estratégicas à escala euro-

peia. Se o nosso Setor foi um exemplo de capacidade de adaptação, ao reajustar-se, redimensionar-se, especializar-se e ao internacionalizar-se, este processo não pode ser colocado em causa, por força de incertezas, muitas das quais motivadas pela incapacidade de gerar consensos relativos a matérias que são essenciais.

Pretende-se uma visão de um Portugal que aposta no potencial diferenciador das suas cidades e do património edificado, na Reabilitação Urbana, como catalisador do investimento privado e na importância das políticas da habitação, enquanto fatores de coesão social e territorial. Pretende-se, de igual modo, um crescimento inclusivo e sustentável e quando tanto se fala de empreendedorismo e de reindustrialização, temos de ser capazes de aproveitar todos os recursos que estão ao nosso dispor. E, mais do que nunca, esse verdadeiro “Pacto de Regime” assume-se como um vetor absolutamente essencial para defender, na Europa, aqueles que são os nossos legítimos interesses.

Encontra-se hoje estabilizado o quadro geral de investimentos em infraestruturas, bem como os mecanismos europeus que o podem financiar. Refiro-me ao Plano Estratégico dos Transportes e das Infraestruturas, que foi objeto de um amplo consenso. E, ao nível do financiamento, ao Mecanismo “Connecting Europe”, ao Plano “Juncker” e ao Portugal 2020. Importa definir com urgência o calendário e ritmo de implementação, para maximizar as oportunidades de financiamento existentes.

Da mesma forma que fomos capazes de demonstrar, à Europa, a nossa capacidade de assumir e de ultrapassar todas as dificuldades para honrar os compromissos, também temos que, agora, ser capazes de exigir, à mesma Europa, a capacidade de respeitar um dos objetivos principais da sua criação: o “reforço da coesão económica, social e territorial e a solidariedade entre os países da UE”.

**Presidente da AICCOPN -
Associação dos Industriais da
Construção Civil e Obras Públicas**